



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

Itens para pauta
1.1 Boas-vindas pelo Ministro Coordenador e pelos Gestores Nacionais.
1.2 Informes: <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do calendário anual de reuniões do PCTI;• Descentralização orçamentária – LOA já foi aprovada – possibilidade de já descentralizar o orçamento;• Levantamento dos TRTs que devolveram recursos no ano de 2022;• Planejamento das ações nacionais do Programa para o ano de 2023;• Exame da proposta orçamentária para alocação de recursos para 2023;• Aprofundamento do debate sobre a possibilidade de requisitar aos gestores que mapeiem o que ocorre nos TRTs em relação à contratação de crianças retiradas do trabalho infantil e direcionadas à aprendizagem;• Definir membros que irão integrar a Comissão de planejamento do Seminário Conjunto com o PTS.
1.3 Ações do Programa no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho.
1.4 Outros assuntos.

ATA		
Local	Data	Horário
Virtual	3/2/2023	10h

A 1ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem (PCTI) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) iniciou-se em 3 de fevereiro de 2023, às 10h, na forma telepresencial, por meio de videoconferência, viabilizada pela ferramenta *Google Meet*.

Estiveram presentes os seguintes membros da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e do apoio à Comissão:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

Composição
EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Infantil
ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Apoio à Comissão
ADRIANA MEIRELES MELONIO Juíza Auxiliar da Presidência
HELENA MARTINS DE CARVALHO Assessora da Presidência do TST
ROBERTA DE OLIVEIRA SOUZA Assessora do Ministro Evandro Valadão
NÁDIA BEATRIZ CAPISTRANO DA SILVA MORAIS Assistente da Presidência do TST

Após agradecer a presença de todas e de todos, o Coordenador do PCTI, Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, deu as boas-vindas aos Gestores Nacionais e aos membros do setor de apoio administrativo à Comissão, dando início aos informes da Reunião e encaminhando a discussão dos itens da pauta.

Comunicou, primeiramente, que será enviado Ofício aos TRTs, no qual será solicitado que estes informem o seu planejamento para o ano de 2023, com descrição dos valores previstos por ações e atividades. Declarou que o objetivo é dar dinamicidade ao Programa, bem como associar a previsão de despesas ao orçamento deliberado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

para o ano corrente. Informou que esta solicitação de planejamento de ações possui relação com a devolução de recursos destinados ao PCTI por parte de alguns Tribunais Regionais. Observou que houve Tribunal que efetuou a devolução de quase a totalidade dos valores enviados, pontuando que tais recursos poderiam ter sido realocados.

Dando seguimento à pauta, expôs sugestão de calendário para as Reuniões do PCTI, com a finalidade de aprovação dos membros. Propôs a seguinte agenda para o primeiro semestre: na data de 24 (vinte e quatro) de fevereiro, sexta-feira, às 10 (dez) horas da manhã, para realização da 2ª reunião dos Gestores Nacionais do PCTI, na modalidade virtual. Acrescentou que, neste mesmo dia, será realizada a 1ª Reunião conjunta dos Gestores Nacionais e Gestores Regionais, às 11 (onze) horas e que, caso até a data da 2ª Reunião dos Gestores Nacionais a julguem como prescindível, poderá ocorrer apenas a reunião conjunta, às 11 (onze) horas. Propôs que em 24 (vinte e quatro) de março, sexta-feira, às 10 (dez) horas ocorra a 3ª Reunião dos Gestores Nacionais, na forma presencial; que em 28 (vinte e oito) de abril, sexta-feira, às 10 (dez) horas, ocorra a 2ª Reunião conjunta dos Gestores Nacionais e Gestores Regionais; que em 12 (doze) de maio, sexta-feira, às 10 (dez) horas, ocorra a 4ª Reunião dos Gestores Nacionais; que em 2 (dois) de junho, sexta-feira, às 10 (dez), ocorra a 5ª Reunião dos Gestores Nacionais. As datas foram aprovadas por unanimidade dos membros.

Para o segundo semestre, foram propostas as datas de 4 (quatro) de agosto, sexta-feira, às 10 (dez) horas, para realização da 3ª Reunião Conjunta dos Gestores Nacionais e Regionais; primeiro de setembro, sexta-feira, às 10 (dez) horas, para realização da 4ª Reunião conjunta dos Gestores Nacionais e Regionais; 6 (seis) de outubro, sexta-feira, às 10 (dez) horas, para realização da 6ª Reunião dos Gestores Nacionais; 10 (dez) de novembro, sexta-feira, às 10 (dez) horas para realização da 7ª Reunião dos Gestores Nacionais.

A Desembargadora Maria Zuila anunciou óbice à sua participação na 6ª Reunião dos Gestores Nacionais no dia 6 (seis) de outubro. Dessa forma, o Ministro Evandro Valadão sugeriu remanejamento desta reunião para o dia 20 (vinte) de outubro, sexta-feira, às 10 (dez) horas. A alteração foi aprovada por todos os membros.

Destacando a modificação na data da 6ª Reunião dos Gestores Nacionais, para o dia 20 (vinte) de outubro, todas as demais datas das Reuniões que ocorreram no segundo semestre de 2023 foram aprovadas pelos membros.

O Ministro Evandro Informou que resta pendência de deliberação pelo Ministro Presidente Lelio Bentes Corrêa quanto à data para realização do Seminário Conjunto,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

que aguarda resposta de convite a palestrantes, incluindo o Sr. Kailash Satyarthi, mas que provavelmente este ocorrerá em agosto.

Ainda para o primeiro semestre, O Ministro Evandro informou que o dia 18 (dezoito) de maio é marcado pelo Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e que o dia 12 (doze) de junho é marcado pelo Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, os quais contam com campanhas específicas do PCTI. Já no segundo semestre, definiu-se que será realizada Reunião antecedente a Semana Nacional de Aprendizagem, agendada para a última semana de agosto.

A Dra Ana Beatriz sugeriu que, considerando haver conhecimento prévio das datas de importância no combate ao trabalho infantil, seja realizado contato com a Secretaria de Comunicação do TST (SECOM/TST) para elaboração das artes de material para divulgação, com antecedência, das ações do PCTI. Ademais, sugeriu que a Comissão busque o engajamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que este assine a campanha em conjunto com o TST e o Conselho superior da Justiça do Trabalho (CSJT), assim como compartilhe eventuais campanhas, a fim de ampliar o campo de atuação e o número de pessoas beneficiadas.

A Dra. Adriana Melônio frisou que, a partir da definição das datas de interesse para ações do PCTI e das temáticas a serem abordadas, é possível dar andamento à produção das artes destinadas a suas divulgações, por intermédio da SECOM/TST. Sugeriu convidar o Sr. Dirceu para a próxima reunião, para que ele possa colher diretamente com o Ministro Evandro Valadão as ideias referentes a tais artes.

Ao concordar com a proposta, o Ministro Evandro Valadão sugeriu que o convite para a reunião virtual do dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro fosse estendido ao Sr. Dirceu da SECOM/TST, havendo anuência de todos os membros. Acrescentou que o Sr. Dirceu pode enviar ideias por meio do grupo formado pelos presentes através da ferramenta "*whatsapp*". Solicitou, ainda, à Dra. Adriana o levantamento prévio de possíveis temas para as ações das datas de 18 (dezoito) de maio e de 12 (doze) de junho.

O Desembargador João Batista colocou-se à disposição para participar de reuniões que possam vir a ser marcadas com a presença da SECOM/TST antes do dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro, a fim de auxiliar na elaboração de conteúdo e otimizar o aproveitamento do tempo das futuras reuniões entre Gestores.

Dando seguimento à reunião, o Ministro Evandro solicitou que fosse compartilhado com os membros o calendário de eventos do TST para o ano de 2023. Apontou a grande quantidade de eventos programados para o ano e que a quase totalidade destes trata de temática relacionada a Direitos Humanos e direitos e garantias das minorias. Compartilhou com os membros da Comissão os esforços empreendidos pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

Ministro Lelio no tocante à criação de uma Política de Trabalho Decente, abrangendo os Programas existentes, quais sejam, o PCTI e o PTS, além da criação de dois novos Programas, em fase de estudos: o Programa de Equidade, tratando de gênero, raça e equidade, e o Programa de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à Escravidão e ao Tráfico de Pessoas. Esclareceu, assim, que o citado Seminário Conjunto abrangerá todas as temáticas abordadas nos Programas instituídos, bem como aqueles em fase de estudo, podendo ter duração de 2 (dois) a 3 (três) dias. Dessa forma, destacou que serão congregados esforços dos membros de cada um dos Programas, incluindo seus Coordenadores, no sentido da construção de um seminário abrangente e harmônico. Ademais, pontuou que a ideia é que sejam realizadas palestras temáticas na parte da manhã e oficinas práticas na parte da tarde, com a possibilidade de abrir espaço à participação do público externo.

O Ministro Evandro frisou a necessidade de criação de uma Comissão para o construção do seminário, composta possivelmente de 2 (dois) membros representantes de cada programa. Solicitou a disponibilidade dos presentes para fazerem parte desta Comissão, ficando pendente a designação dos dois membros representantes do PTS.

Pontuou que o Ministro Presidente do TST está criando um projeto chamado “Gente que Inspira”, no qual pessoas com histórias de vida inspiradoras serão convidadas a compartilhar relatos. Nesse sentido, o Ministro Evandro solicitou aos presentes indicações e auxílio na busca por esses indivíduos, com foco especial em pessoas conhecidas em âmbito regional, a fim de dar-lhes visibilidade nacional. Esclareceu que foram levantados, em reunião anterior com o Ministro Lelio, nomes como o da atual Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e da atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber.

A Dra. Adriana Melônio apontou o nome de Simone Diniz, homenageada em seminário sediado no TST.

Em sequência, o Ministro Evandro iniciou tratamento da temática orçamentária do Programa, iniciando pela análise da relação de Tribunais Regionais que devolveram parte dos recursos, com especial destaque ao TRT1, que devolveu ao TST a quase totalidade do valor. Analisou que esta é uma condição ruim tanto ao Programa, quanto para o orçamento do TST, que precisa dar destinação adequada à verba. Noticiou que será solicitado por ofício aos Tribunais Regionais, em momento futuro, que informem previsão de gastos para o exercício de 2023.

Quanto ao planejamento de ações nacionais para o ano de 2023, o Ministro Evandro comunicou que tem pretensão de montar uma equipe para realizar visita, seja atrelada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

ou não ao momento da correição bianual, aos Tribunais Regionais que possuam ações bem desenvolvidas, a fim de conhecê-las de perto e estudar a viabilidade de replicá-las nacionalmente.

A Dra. Adriana sugeriu que sejam enviados ofícios, previamente às visitas, aos Tribunais Regionais, solicitando que estes indiquem ações e boas práticas desenvolvidas em seus âmbitos, facilitando a triagem projetos e primando pela otimização dos trabalhos.

O ministro Evandro corroborou o ponto de vista. Sinalizou, contudo, intenção de realizar pesquisa nas atas de correições realizadas durante a gestão do Ministro Lelio, no biênio de 2018/2020, por possuir material detalhado nesse aspecto.

A Dra. Ana Beatriz complementou que, durante o referido período de correições, o Ministro Lelio marcava audiências com os Gestores Regionais do PCTI e do PTS, destacando seu envolvimento e diligência com os Programas. Ademais, aprovou o projeto de replicação nacional de ações de interesse aos Programas, por intermédio do TST.

O Ministro Evandro manifestou interesse em estabelecer parceria com o Ministro Alberto Balazeiro, Coordenador do PTS, para que possam realizar tais visitas em conjunto. Ressaltou seu conhecimento de projetos proveitosos, citando o “Judiciário Fraternal”, desenvolvido pelo TRT da 8ª Região; o Projeto “Pescar”, desenvolvido pelo TRT da 4ª Região; o Projeto “Feira Livre de Trabalho Infantil”, desenvolvido pelo TRT da 17ª Região. Levantou a hipótese de que uma das oficinas do Seminário de agosto possa destinar-se à replicação de projetos regionais, ideia que foi aprovada pelos membros.

Ainda sobre o planejamento de ações nacionais para o ano de 2023, o Ministro Evandro apontou a necessidade de se relacionar com entidades que possuem ações no sentido de combater o trabalho infantil e estimular à aprendizagem, como a UNICEF, o Congresso Nacional, o Ministério Público, o CNJ e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Realçou o contato realizado com o Deputado Túlio Gadelha, que se colocou à disposição para realizar ações conjuntas com o TST.

A Desembargadora Rosemarie e a Dra. Adriana ressaltaram o bom relacionamento do Ministro Lelio com a OIT, o que tornaria possível contato com a Instituição.

A Sra. Helena Martins destacou a ação do Ministério Público do Trabalho, enfatizando o bom trabalho desenvolvido pela instituição no que tange às áreas de comunicação e divulgação. Levantou a possibilidade de união de projetos consonantes, com a finalidade de ampliar as proporções de eventuais ações conjuntas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

O Ministro Evandro sugeriu agendamento de reunião com a Sra. Ana Maria, no intuito de tratar de ações conjuntas entre o MPT e o TST. Solicitou aprovação dos membros, que aquiesceram à proposta. Ademais, citou a importante atuação do CNJ, enfatizando a convergência de objetivos entre as instituições e o contato com a Ministra Rosa Weber. Apontou a necessidade de reestabelecimento de relações e elaboração de uma pauta conjunta com o CNJ. Propôs que seja marcada reunião com a Ministra Rosa Weber.

O Desembargador João Batista pontuou a grande penetração do CNJ nas redes sociais, que podem vir a proporcionar um maior contato com a sociedade e avanços aos trabalhos dos Programas. Ainda, aventou a possibilidade de contato com a Primeira Dama da República, a Sra. Rosângela, conhecida pelo apelido de Janja, ressaltando sua participação em projetos sociais.

Nesse sentido, a Desembargadora Maria Zuila citou a possibilidade de desenvolvimento de um "Programa Nacional de Aprendizagem" no serviço público. Acatando a sugestão, o Desembargador João Batista destacou que instituições como Receita Federal, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal poderiam ser parceiras do aludido Programa. Complementou propondo a realização de convite à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para que indiquem jovens aprendizes de seu extenso quadro para compartilhar experiências com o Programa.

O Ministro Evandro sugeriu aos Desembargadores a apresentação de um documento contendo, de modo objetivo, o que seria tal Programa, a fim de apresentar a proposta em reunião com o Executivo, bem como com o Congresso Nacional. Ambos os desembargadores acataram a sugestão.

O Ministro Evandro solicitou que seja agendada reunião com a Ministra Rosa Weber. Aventou a possibilidade de criação de uma comissão para criação do "Programa Nacional de Aprendizagem". Além disso, solicitou que seja agendada reunião com a Ministra Rosa Weber e com o Conselheiro do CNJ Richard Pae Kim, com presença do Ministro Lelio e dos Desembargadores João Batista e Maria Zuíla, no dia 23 (vinte e três) de março. Aventou a possibilidade de realização de visita, neste dia, ao Congresso Nacional.

Retomando a temática do orçamento, o Desembargador João Batista informou que, quanto aos recursos destinados ao PCTI no Tribunal Regional da 15ª Região, estes foram utilizados integralmente, ao passo que aqueles destinados ao PTS foram quase integralmente devolvidos, em função de mudanças estruturais, como alteração da equipe de licitação. Dessa forma, indagou quanto à possibilidade de trabalho associado entre o PCTI, o PTS, ou mesmo no amplo sentido de uma Política de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

Trabalho Decente, confeccionando os brindes relacionados aos Programas de maneira conjunta.

O Ministro Evandro informou que está buscando manter uma atuação alinhada entre o PCTI e o PTS, que está em contato com o Ministro Balazeiro, Coordenador do PTS. Levantou questionamento quanto à diferença nas nomenclaturas “Trabalho Decente” ou “Trabalho Digno”.

A Sra. Helena Martins esclareceu que a nomenclatura “Trabalho Decente” afiniza-se com a perspectiva dos Direitos Humanos e Direito Internacional. Já o termo “Trabalho Digno” é mais utilizado sob a perspectiva do Direito Constitucional e Direitos Fundamentais, mas que este também está contido no “Trabalho Decente”.

Dando seguimento à reunião, quanto a ações nos Tribunais Regionais voltadas à contratação de crianças retiradas do trabalho infantil e direcionadas à aprendizagem, o Ministro Evandro sinalizou a ideia de enviar ofício aos regionais, com a intenção de que sejam mapeadas tais ações. Ademais, compartilhou com os membros o intuito de promover, no ano de 2023, um avanço e um aprofundamento nas atividades dos Programas, tornando as ações mais concretas e efetivas. Frisou seu interesse e a importância na replicação nacional de ações e programas regionais de sucesso, de maneira prática, a fim de alcançar o maior número possível de jovens e adolescentes, resgatando-os do trabalho infantil e dando-lhes nova perspectiva de vida.

Reiterou que enviará o ofício aos Tribunais Regionais para que estes informem as ações, a serem desenvolvidas em 2023, com suas previsões de custos, acompanhando de perto o gasto orçamentário, a fim de evitar o baixo emprego de recursos.

A Desembargadora Maria Zuíla indagou se há previsão da primeira remessa de recursos para o PCTI aos Tribunais.

A Sra. Helena disponibilizou-se a levantar tal informação e encaminhar a todos pelo grupo do *whatsapp*.

Quanto aos materiais referentes ao PCTI, o Ministro indagou a Sra. Roberta quanto à demanda do TRT da 13ª Região, que listou o seguinte pedido: “1500 (mil e quinhentos) exemplares do ‘Manual do Programa de Combate ao Trabalho Infantil’; 1500 (mil e quinhentos) do ‘Trabalho Infantil e Justiça do Trabalho: Primeiro Olhar’; 1500 (mil e quinhentos) exemplares do ‘50 Perguntas e Respostas sobre o Trabalho Infantil’; 1500 (mil e quinhentos) exemplares do ‘Rotina de um Aprendiz’”. Ressaltou o grande número de cópias solicitadas para um único Tribunal, apontando os possíveis custos elevados na produção de cópias para os Tribunais Regionais.

O Desembargador João Batista apontou preocupação quanto à desatualização de tais materiais que estão impressos, não constando o nome do Ministro Evandro como



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

Coordenador, propondo que sejam produzidas novas vias físicas dos materiais informativos. Apontou, ainda, a necessidade deste material atualizado para compor os materiais fornecidos aos participantes do seminário e de outros eventos.

O Ministro Evandro questionou os membros se o número de cópias solicitado pelo TRT da 13ª Região são usuais, obtendo resposta positiva de todos. O Desembargador João Batista afirmou que costumam ser distribuídos tantos materiais quanto os produzidos, ressaltando as parcerias realizadas, por exemplo, para distribuição destes materiais nas escolas locais. Este posicionamento foi corroborado pela desembargadora Maria Zuíla, que acrescentou pedido de recebimento de cartilhas produzidas com verba do TST. Justificou que todo o orçamento é utilizado em ações e projetos, restando pouca verba para produção de materiais de divulgação e esclarecimento.

A Desembargadora Rosemarie concordou com a importância de distribuição de materiais de divulgação e esclarecimento. Informou que também possui elevada demanda em âmbito local e que também gostaria de receber tais materiais.

A Sra. Roberta esclareceu que, após atendida a solicitação do TRT da 13ª Região, restarão apenas exemplares do livreto "50 Perguntas e Respostas". Acrescentou que, quando os Tribunais Regionais desejarem realizar impressões destes materiais por intermédio de seus próprios órgãos, estes podem solicitar à SECOM/TST que encaminhe as especificações necessárias, como o tipo de papel, tamanho de impressão.

O Ministro Evandro questionou aos membros se tais materiais são, habitualmente, impressos pelo TST ou no âmbito dos Tribunais Regionais. O Desembargador João Batista afirmou que o orçamento local é curto para a produção de todo o material necessário. Nesse sentido, o Ministro solicitou que seja enviado aos TRTs ofício indagando se desejam receber cartilhas e, em caso de resposta positiva, que forneçam o número de exemplares, a fim de estudar a possibilidade de produção deste material no âmbito do TST.

O Desembargador João Batista indagou se poderá se repetir este ano a produção da revista com o Ministro Godinho. O Ministro Evandro informou não saber precisar quanto a esta informação, que este ano sairá revista dedicada ao Trabalho Seguro, mas que pode verificar tal possibilidade com relação ao Combate ao Trabalho Infantil.

A Sra. Helena Martins informou que existe a previsão de publicação de duas obras a respeito do trabalho infantil, pela ENAMAT, uma delas com lançamento estimado para junho, e outra, possivelmente, para agosto, no intuito de marcar as semanas de aprendizagem e de combate ao trabalho infantil. Esclareceu que as obras estão em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

fase de proposta de temas, de coordenadores e que ainda será lançado edital para realização de convite aos escritores.

O Desembargador João Batista sugeriu que algum dos integrantes da Comissão possa auxiliar na revisão de termos utilizados na publicação, a fim de evitar terminologias desatualizadas.

O Ministro Evandro acrescentou, ainda, que gostaria de verificar um projeto regional de sucesso que atue com a questão socioeducativa. A Desembargadora Rosemarie anunciou a existência de um projeto que trata desta temática no âmbito de seu Tribunal Regional. Acrescentou que tal projeto dispõe de termo de cooperação institucional com o Ministério Público, dirigido à aprendizagem daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas, buscando da ressocialização desses jovens. Por fim, o Ministro Evandro Valadão colocou-se à disposição para eventuais sugestões e apontamentos dos membros da Comissão, agradecendo a presença de todas e de todos.

A ata foi submetida aos membros da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e aprovada.

Nome	Assinatura
EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Infantil	
ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	
MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PCTI
Via chamada de Vídeo
03 de fevereiro de 2023

ANA BEATRIZ DO AMARAL CID ORNELAS	
--	--

Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	
---	--